

Resenhas

O signo: um símbolo?

EPSTEIN, Isaac — *O signo*. São Paulo, Ática, 1985, 80 pp.

Partindo da comunicação animal como transmissão de variedade (de 10 a 37 sinais diferentes nos irracionais e de 150 a 200 gestos nos seres humanos), passando pela necessidade de comunicação do homem, o autor chega à linguagem verbal e sua característica fundamental, a dupla articulação, capaz de transmitir uma variedade de quase que ilimitada de mensagens. Após falar sobre a primeira e a segunda articulação da linguagem — monemas e fonemas — sobre super-signos e sobre a articulação dos códigos visuais — sem articulação, apenas com a segunda, apenas com a primeira e duplamente articulados, segundo a classificação de U. Eco —, o autor passa a um exemplo prático: a numeração de ônibus na Grande São Paulo.

Em seguida fala do signo como transmissor de significados, aponta a diversidade de acepções do termo signo (Sexto Empírico, Santo Agostinho, Locke, Rousseau, Peirce, Hjelmslev, Schaff, Ullmann, Morris, Bense e Eco), do termo significado e triângulo semiótico, para concluir que o signo não é um objeto, mas uma função ou relação. E, a partir das díades saussurreanas e tríades peirceanas, fala dos signos naturais, artificiais, expressivos, motivados e arbitrários. As funções da linguagem são rapidamente desenvolvidas, detendo-se o autor um pouco mais nas funções semântica e estética de Moles, correspondentes às referencial e poética de Jakobson, que têm ainda abordada sua caracterização de função metalingüística; também

a função fática merece alguns parágrafos.

As classificações da função signica feitas por Peirce, Morris, Schaff, Eco, Saussure, Cassirer, Wittgenstein e Gadamer têm suas diversidades e unidades apontadas pelo autor, sem, no entanto, como ele próprio reconhece, entrar na visão teórica de cada um que, evidentemente, é o que sustenta a classificação. O objetivo do autor é indicar a diversidade de nomenclatura que, gerando uma “parafernália conceitual”, pode ajudar a entender os problemas tratados pelas teorias do signo.

Finalmente o autor fala dos símbolos, de suas relações com o signo, de seus atributos e de sua retórica. Ao final do livro há ainda um vocabulário crítico e bibliografia comentada.

Este tipo de livro caracteriza-se pela sua própria existência. Como, em 80 páginas, tratar de tantos e tão complexos temas e dirigir-se a um público de baixo repertório? A indústria cultural tem pressa em resgatar o tempo perdido para ganhar novos públicos, aquele estudante universitário que não é mais capaz de ler senão uma centena de páginas, de preferência em linguagem coloquial. E nessa pressa a editora descuida-se da qualidade da edição. No caso deste livro alguns descuidos da editora impossibilitam a leitura, como, por exemplo, à página 52 aparece “...os traços fortes entre os quadrados adjacentes indicam...” e não há traços fortes entre os quadrados. Lamentável. Lamentáveis também alguns descuidos do revisor.

E na pressa quem corre os maiores riscos, além do leitor, é o autor, que desperdiça excelentes idéias, merecedoras de livros autônomos, como a numeração de linhas de ônibus na Gran-

de São Paulo, ou a análise dos símbolos de campanhas eleitorais.

Este é um dos exemplares da série "Princípios" que parece estar deslocado, porque é um livro que exige do leitor, não só os rudimentos, mas os prolegômenos, das teorias dos signos. E se estes requisitos prévios, quanto ao leitor, não se confirmarem, o livro pode tornar-se um fim, o que não é um bom princípio. O leitor principiante ou se desinteressa perante a "parafernalia conceitual", ou, o que é pior, tem a impressão de conhecer aquilo sobre o qual não consegue sequer ter dúvidas.

Mas o autor não é principiante e o leitor menos ingênuo pode perceber outras leituras propiciadas pelas epígrafes colocadas em cada capítulo: "...a Tragédia e a Comédia são feitas das mesmas letras..." (Aristóteles); "...o que perturba os homens não são as coisas, mas os seus julgamentos sobre elas..." (Epiteto); "...até o Diabo pode citar as Santas Escrituras em seu proveito..." (Shakespeare); "...o ensino sem um sistema torna o aprendizado difícil..." (Talmude); "...os símbolos revelam velando e velam revelando..." (G. Gurvitch). Estas epígrafes funcionam, metalingüisticamente, como uma postura do autor a respeito de sua própria obra que, afinal, aos iniciados revela velando e aos iniciantes vela revelando. Aí revela-se o mestre.

Cláudia V. Resende

Faculdade de Comunicação
Armando Álvares Penteado (São Paulo)

Alumiando co-incidências comunicacionais

TÁVOLA, Artur da — *A Liberdade do ver: televisão em leitura crítica*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984, 312 pp.

Televisão, informação e mudança; características e efeitos da TV; o re-

ceptor, o público, o mercado; televisão, arte e cultura; formação, deformação, informação; a leitura crítica, encabeçam os seis capítulos que instigam o leitor desse livro a uma transformação de sua maneira de recepção à televisão. A formação da consciência crítica dos receptores é uma forma de enfrentar e de mudar as tentativas de massificação dos meios eletrônicos de comunicação. Para que isso ocorra, o autor enfatiza a necessidade da ação dos profissionais da comunicação e dos profissionais da educação. Considerando que a massificação propiciada por esses meios eletrônicos é de natureza diferente e inusitada — não é onipotente, é ampliadora da capacidade de percepção psicológica, é cumulativa e ampliadora do conhecimento, é influenciadora mais ao nível do sensível do que do racional —, a ação de comunicadores e de educadores terá que encontrar novos caminhos frente as novas formas e exigências da consciência receptora. Diferentes graus de imitação ao nível da aceitação, de empatia ao nível emocional, de reflexão ao nível racional, de libertação ao nível da sensibilidade profunda atuam de maneira concomitante e contraditória em qualquer emissão e recepção comunicacionais, dentre elas as da televisão. O conhecimento dessas quatro instâncias co-incidentes, assinala Artur da Távola, leva à libertação de seus domínios para usá-las em seu próprio benefício e da vida.

A proposta de "Leitura crítica" da comunicação que o autor apresenta no último capítulo de "A liberdade do ver" vem, do seu jeito, ampliar a possibilidade de dar clareza às ações profissionais de educadores e de comunicadores. Ações essas co-incidentes pelo fato de ambas assumirem características comunicacionais e educacionais. Queiram ou não queiram, educadores são comunicadores e comunicadores são educadores.

O autor propõe, então, uma leitura da comunicação que inclua um conhecimento das seguintes co-incidências de "cursos"... (no sentido de algo que

corre para; que vai na direção de), as quais definem a integralidade do processo de comunicação: o *discurso*, o *decurso*, o *recurso*, o *incurso*, o *excurso*, o *percurso*, o *concurso* e o *transcurso*. Conhecer o *discurso* da comunicação significa conhecer "o quê" as imagens e as palavras racional, ideologicamente "dizem" ou fazem "correr" para o receptor. Conhecer o *excurso* significa conhecer o "como", o "espetáculo" atraente por meio do qual o discurso da comunicação é passado ao receptor. O *incurso* da comunicação nela concentra, em atividade interna, a convivência concomitante e paralela da ideologia e do mito que "pensa" historicamente e "sabe" psicologicamente o comunicador que comunica, cuja "leitura" necessita ser conhecida também. Conhecer o *recurso* da comunicação significa conhecer o trilhar da comunicação sobre si mesma, ou seja, sobre o já trilhado por ela mesma em repetições. O *decurso* e o *percurso* significam o processo temporal e espacial através do qual a comunicação se passa para ser comunicada e compreendida ou não pela recepção. A comunicação só se faz, historicamente, com o *concurso* da recepção, no sentido em que esta corre ao lado da comunicação, com ela disputa, para ela contribui levando, nos últimos anos, ao estudo da "estética da recepção". Conhecer o *transcurso* significa conhecer algo que de uma forma súbita e rara transcende o vínculo que se estabelece com a comunicação, atingindo outros planos peculiares, inesperados, incontrolláveis. A integração das "leituras" desses oito co-incidentes cursos que se mobilizam no processo de comunicação, como propõe o autor, poderá "alumiar" e, conseqüentemente, mudar as ações de educadores e comunicadores.

Pais e professores têm tido em comum com seus filhos e alunos a experiência de ver e ouvir as palavras e as imagens dos programas da televisão. O autor enfatiza que é aí nessa vivência em comum que esses educadores encontrarão, também, os elemen-

tos capazes de enriquecer as próprias relações na família e na escola.

Numa situação de sala de aula, o professor apresenta-se como um profissional que deve ensinar e educar os seus alunos. Para realizar esse seu trabalho o professor necessita conhecer-se, instrumentalizar-se, reassumir-se como um comunicador e como um receptor mais consciente, mais atuante, mais crítico nas situações concretas de suas seqüências de aulas para seus alunos, na Escola. Telespectadores que são, professores e alunos levam para as aulas, na Escola, suas "leituras" televisuais. Em "A liberdade do ver", os professores da Escola encontrarão elementos que os levem a enfrentar suas próprias transformações como recepção e como leitores da comunicação, "alumando" algumas de suas co-incidentências comunicacionais com os comunicadores. E vice-versa!

Mariazinha de Rezende e Fusari

Universidade de São Paulo

Produtivismo e/ou humanismo?

BORDENAVE, Juan Diaz — *O que é comunicação rural*, São Paulo, Brasiliense, 1983, 104 pp.

Este é o volume 101 da coleção "Primeiros Passos", da Brasiliense. Pena que tenha demorado tanto a chegar e, no fim, nos deixou na ambigüidade se "comunicação rural" é fruto do produtivismo ou do humanismo, ou de uma interação entre ambos. Essa ambigüidade é oriunda do formato deste tipo de coleções, abreviadamente tratando de temas complexos, direcionados para atingir audiências leigas. O Autor, o paraguaio Juan Diaz Bordenave, é um genuíno comunicador rural de largo lastro de experiências brasileiras que, nas suas obras antecedentes, procura aclarar esta questão política ao invés de deixá-la solta no ar.

O livro se compõe de oito curtos capítulos (alguns em apenas duas páginas deste "formato de bolso") e de uma sucinta relação de indicações para leitura. Ele inicia com uma definição do que seja o conceito de comunicação rural. Após constatar que comunicação rural (CR) "é o conjunto de fluxos de informação, de diálogo e de influência recíproca existentes entre os componentes do setor rural e entre eles e os demais setores da nação afetados pelo funcionamento da agricultura, ou interessados no melhoramento da vida rural", institucionalmente conclui-se que CR circunscreve um processo mais amplo do que o da "Informação rural" e o da "Extensão rural". Isto é seguido por uma seção do "Por que comunicação rural?" Que a diferencia da comunicação urbana mas que, ao só usar exemplos relacionados com a Extensão rural, parcialmente desdiz o previamente afirmado. O Terceiro Capítulo, ao falar de comunicação e agricultura, entra na questão do processo decisório dentro das relações de produção. Aí, Bordenave apresenta os seus já famosos verbos de auxílio teórico "querer, saber e poder", que, substantivamente, correspondem a "interesse, ignorância e impotência" de outro estudioso da CR, o holandês Benno Galjart. A quarta seção do livro apresenta as primeiras tentativas nacionais de informação agrícola e repete o mesmo erro cometido na segunda seção: só apresenta o ponto de vista "institucionalmente oficial".

Daí para a frente o livro tende a crescer. O capítulo "Comunicação e desenvolvimento rural" desenvolve os modelos de concepção; difusionismo, pacotes, inovação induzida pelo mercado, organização/participação e transformação estrutural. O próximo capítulo é uma extensão crítica ao difusionismo da transferência tecnológica. "Meios e mensagens na comunicação rural" é o ponto alto do manual para quem o utilizar como complemento de sala de aula. Ali se definem as metodologias de CR e se fornecem algumas das receitas próprias deste tipo

de "cookbook". O último capítulo das novas funções da CR extrapola da exemplificação brasileira para a latino-americana, mas, mesmo assim, fica curto para cobrir novos papéis e interações num campo com tecnologia que se desenvolve em escala geométrica.

Numa área tão carente de leituras (nem posso qualificar, estou meramente quantificando), me parece que estou criticando a empreitada da Brasiliense, mais pelo que não foi do que pelo que foi. Por exemplo, seria bom um sumário de resultados de algumas teses experimentais apresentando preferências rurais por simbologias "reais" versus "caricaturadas"; um melhor tratamento da diferença cultural urbano/rural do fator tempo; ou alguma perspectiva a curto prazo do que poderá acontecer com a introdução de novas tecnologias comunicativas como o vídeo-texto ou as fibras óticas que permitam programação localizada. Por enquanto, convém salientar a importância política das relações interpessoais sobre o produtivismo do modelo governamental. Os sindicatos rurais, as cooperativas e, mesmo, as Comunidades Eclesiais de Base (apesar do engajamento de Bordenave) estão ausentes neste "O que é..."

Gustavo Quesada

Universidade Federal de Santa Maria

Cotidiano da comunicação

ERBOLATO, Mario L. e BARBOSA, Julio César T. — *Comunicação e cotidiano*, Campinas, Papirus, 1984, 192 pp.

Este é o primeiro título, na área, colocado no mercado pela Papirus editora. Estruturado em duas partes, apresenta aos leitores sete artigos de Mário L. Erbolato, coordenador do Departamento de Jornalismo do IAC/Puccamp, e outros seis de Júlio César T. Barbosa, atualmente professor de

sociologia da comunicação no mesmo Instituto.

Os estudos de Mário Erbolato, produzidos em função do trabalho docente no Curso de Jornalismo da PUC de Campinas, especialmente os livros sobre "codificação",¹ "especialização"² e "produção gráfica"³ em jornalismo, são instrumentos importantes à formação jornalística dos futuros profissionais da imprensa. Na sala de aula o prof. Erbolato transmite um saber de quem, há quarenta e cinco anos, vem exercitando e refletindo a profissão de jornalista.

Aumentar as perspectivas de análise dos efeitos da comunicação na vida cotidiana das pessoas é o que pretendem os artigos de Mário Erbolato, como "A comunicação no mundo farmacêutico", "Meios de comunicação de massa e lazer", "Mensagens visuais poluem a cidade", "Comunicação postal: propaganda, cultura e informação", "A radiodifusão brasileira", "Informação científica no noticiário dos jornais" e "Supermercados: laboratórios de comunicação", reunidos na primeira parte desta coletânea.

Para quem se propõe a encará-las com um enfoque realmente atual, além de certa originalidade, encontrará em alguns dos temas abordados registros importantes. É o caso, por exemplo, do artigo "Comunicação no mundo farmacêutico", onde o autor procura analisar o caminho percorrido pela propaganda dos medicamentos desde o início do século, nos saguões de cinema, nos bondes, nos cartazes afixados em lugares públicos, nos folhetos (Jeca Tatuzinho), nos Almanques (publicações que se "destacavam pelos belíssimos textos e excelentes ilustrações"), e nos jornais.

"Comunicação postal: propaganda, cultura e informação" e "Supermercados: laboratórios de comunicação" não ficam atrás: no primeiro, originalmente publicado em *Comunicarte*, n. 2, revista semestral do IAC/Puccamp, o autor considera "o selo uma obra de arte, comparável até certo ponto com o cartaz e permite mensagens subliminares, propaganda e desenvolvimento de um processo educativo". E propõe que, "em lugar das figurinhas, poder-se-ia estimular nas escolas primárias e nos colégios o gosto pelos selos postais, de grande valor pedagógico"; no segundo, acredita que "os supermercados são um dos mais amplos laboratórios dos vários tipos e sistemas de comunicação. Neles pode ser testada a eficiência das campanhas de publicidade, feitas por todos veículos possíveis e imagináveis".

Ao discutirem criticamente "alguns aspectos da realidade que, se por nos apresentarem banais, não são objetos de uma crítica mais rigorosa e acentuada", os autores procuraram manter "a diversidade na unidade e a unidade da diversidade" (p. 13).

Na segunda parte, outros seis artigos de Júlio César T. Barbosa, entre eles, "Menores abandonados e informação", "Homossexualismo e literatura: uma leitura do *Alexis*", "Da impossibilidade de uma teoria da comunicação", "Sobre o saber e o poder no *Nome da Rosa*", "Uma alternativa para a sociologia da comunicação" e "Anotações em torno do discurso integralista", completam o que, na sua opinião, "não se trata mais de uma coletânea reunindo textos escritos alhures por dois autores". E prossegue: "Ao contrário, pode-se afirmar, sem nenhuma pretensão, que os artigos que compõem este livro foram criteriosamente escolhidos e/ou escritos, de maneira a formar uma unidade em torno do seu tema principal: o cotidiano". (p. 12)

Cabe aqui uma pergunta: em que medida realmente os artigos que compõem este livro refletem a unidade do tema proposto? Ao responder a essa questão, o leitor de *Comunicação e*

1. Erbolato, Mário L., *Técnicas de codificação em jornalismo*, Petrópolis, Vozes, 1978.
2. Erbolato, Mário L., *Jornalismo especializado*, São Paulo, Atlas, 1981.
3. Erbolato, Mário L., *Jornalismo gráfico*, São Paulo, Loyola, 1981.

cotidiano descobre, subitamente, que está acrescentando também novas idéias ou perspectivas sobre os efeitos da comunicação no dia-a-dia das pessoas. Vale como desafio.

Dario Luís Borelli

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Democracia da leitura e leitura democrática

MARQUES DE MELO, José,
Para uma leitura crítica da comunicação. São Paulo, Paulinas, 1985, 202 pp.

Existe, nos meios que refletem sobre a comunicação social no Brasil, uma grande preocupação com a leitura crítica. José Marques de Melo, desde seus tempos de Presidente da União Cristã Brasileira de Comunicação Social, vem trabalhando e sistematizando esta preocupação. Agora, com uma coletânea de textos, tenta dar uma unidade no livro *Para uma leitura crítica da comunicação*.

O livro, precedido por uma Introdução sobre o problema, aborda quatro assuntos importantes na reflexão sobre a comunicação hoje: a questão da leitura; a relação entre TV, poder e dependência cultural; considerações sobre imprensa, jornalismo e relações públicas; e a posição da Igreja frente à comunicação. Finalizando suas reflexões, José Marques de Melo apresenta uma entrevista com Paulo Freire sobre política e educação.

Embora seja uma coletânea de textos ordenados para ser um conjunto unitário sob o enfoque da "Leitura crítica" — unidade nem sempre conseguida — o livro traz algumas contribuições relevantes para a reflexão crítica sobre a comunicação social no Brasil.

Muito oportuna a tentativa de superar a dicotomia entre "público e privado" (p. 7) e o registro de que

"setores progressistas latino-americanos lançaram uma terceira alternativa: o controle social" (p. 9). Por outro lado, é realista a constatação de que, mesmo esse "controle social", necessita de uma "prática democrática" (p. 9). Aliás, essa vai ser a tônica para abordar a questão da leitura no Brasil. Nela, o autor vincula a leitura no país à prática democrática. Pois, um povo escravo não pode ser um povo leitor. Parece-me estar aqui a grande contribuição do livro. Daqui saiu o jogo de palavras: "Democracia da leitura e leitura democrática", que encima estas reflexões. No meu entender, democratizar a leitura neste país pressupõe necessariamente que haja a possibilidade de uma "leitura democrática". Isto é, que haja liberdade para que o leitor — como receptor ativo — possa fazer a "sua leitura" do que foi escrito. Portanto, como bem constata José Marques de Melo, a batalha pela democratização da leitura será ganha com o estabelecimento de liberdades democráticas no país.

Outro mérito do livro está em recuperar uma pesquisa da ABEPEC sobre a televisão no Brasil. Se bem que muitos dados estejam defasados (a pesquisa realizou-se em 1978), publicá-la na íntegra consiste um registro histórico interessante.

Por ser um livro que tenta uma primeira sistematização de textos dispersos, não deixa de merecer alguns reparos de um leitor mais exigente. Estes reparos são de duas ordens: com relação ao que deixou de fora e com relação a algumas idéias elencadas.

Parece-me que, ao se abordar o problema da "Leitura crítica da comunicação no Brasil", não se pode esquecer a presença e a atuação da União Cristã Brasileira de Comunicação Social — UCBC. Esta entidade vem realizando um trabalho muito grande, ao longo do país, no campo da "Leitura crítica da comunicação", através de seu projeto "LCC". Neste trabalho, procura privilegiar o pólo do receptor, considerando que, ao contrário do que se apregoava, a recepção é uma atividade também. As classes popula-

res reinterpretam a mensagem veiculada pela "chamada indústria cultural". Qualquer trabalho sobre o tema deve apontar, pelo menos, essa realidade. Neste particular, vale lembrar o livro de Carlos Eduardo Lins da Silva sobre a recepção do Jornal Nacional na periferia de Natal e de Guarujá.¹

Por outro lado, quando trata de Igreja e comunicação, o autor resvala para alguns preconceitos muito em voga hoje em dia. Verdade seja dita, estes preconceitos são fortalecidos por declarações feitas por certos segmentos da Igreja Católica. Entretanto, daí não se pode afirmar que a Campanha da Fraternidade tenha colocado a questão da violência nos meios de comunicação social (cf. pp. 169-170). A Campanha da Fraternidade de 1983 vinculou, explicitamente, o problema da violência à estrutura injusta da sociedade e apontou, claramente, as formas de violência existentes na sociedade brasileira. Os exageros apontados pelo autor (p. 170) devem-se a exageros cometidos pelos próprios agentes que, muitas vezes, tendo uma visão distorcida dos meios, os culpam pelos excessos de violência na sociedade. Entretanto, esta não é a visão da Campanha da Fraternidade, nem muito menos da CNBB.

Resta apontar alguns "esquecimentos" de revisão: na página 167 é CELAM e não "CELMA"; na página 168, é párcos e não "páreos". Na página 120, surge uma pergunta: é "1920" ou "1820"? Pelo texto, parece que a data a ser referida é "1820".

Entretanto, estes esquecimentos não invalidam nem desmerecem a obra em questão.

Finalizando, uma reafirmação: *Para uma leitura crítica da comunicação*, por ser uma tentativa de sistematização, inscreve-se como leitura obriga-

tória para aqueles que pretendem estudar o problema da comunicação social no Brasil. As teses levantadas quanto ao problema da leitura constituem-se em pistas importantes para uma pesquisa posterior. O livro deixa, para mim, a certeza de que "uma democracia da leitura pressupõe a leitura democrática".

Pedro Gilberto Gomes, sj
União Cristã Brasileira de
Comunicação Social

O nascimento de uma noção: vídeo

ALMEIDA, Candido José Mendes de, *O que é vídeo*, São Paulo, Brasiliense, 1984, 96 pp.

O que é vídeo é o novo livro que a Editora Brasiliense lança dentro da sua coleção Primeiros Passos (137). Tema de muita importância e atualidade, não só pela crescente introdução deste meio na América Latina, mas também pelos espaços que estão sendo conquistados e as novas formas de utilização descobertas pelas diferentes camadas sociais.

Segundo Mendes de Almeida, o presente livro será "uma tentativa de, definido o perfil tecnológico deste novo media, desenhar a moldura de sua potencialidade, identificando-a em seus diversos domínios, do cultural ao comercial". Segundo o autor, este meio chegou para socializar definitivamente a mensagem. No vídeo encontramos vinculadas a linguagem cinematográfica (com todos os seus requintes) e a gramática televisiva (com a característica de possibilitar a sua devoração).

O intento de começar a traçar uma linha de estudo referente a este novo meio, baseado na realidade brasileira, é de suma importância. Apesar de a bibliografia e as experiências sobre vídeo serem numerosas no exterior, no Brasil se apresenta como um meio relativamente novo.

1. Carlos Eduardo LINS DA SILVA. *Muito além do Jardim Botânico. Um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores*, São Paulo, Summus editorial, 1985, 163 pp.

O livro, pela própria característica da coleção, não aprofunda e nem abarca outros tipos de experiências. Encontramos uma falta de questionamento por parte do autor e a omissão de outras tantas experiências, tanto no exterior como no Brasil, da utilização do vídeo como arma alternativa (distinto de independente, o que não é diferenciado pelo autor) e de contestação, por alguns setores frente aos meios de comunicação massiva. De uma forma bastante didática e simples, o autor analisa os antecedentes e algumas das características técnicas deste meio. Oferece-nos também um "background" sobre o nascimento e o desenvolvimento do meio e como se deu a sua chegada no mercado internacional. Surge, segundo Mendes, uma nova ordem audiovisual que conjuga discursos e práticas de outros meios, como o cinema e a TV. Suas vantagens técnicas, imediatividade, baixo custo operacional, facilidade para gravação e exibição, capacidade de re-gravação dos "tapes" vêm determinar grandemente o uso e as características do próprio meio. Tudo isso impossibilita a procura de uma "definição cristalizada" do que poderíamos chamar linguagem do vídeo, como sugere o autor. Pela falta de uma história, história essa construída por uma contínua utilização e pelo choque de experiências concretas, o vídeo levará tempo para ser um projeto definido. No entanto, o autor o apresenta como "o projeto do terceiro milênio".

A busca de uma gramática visual, sua possível utilização e vantagens na educação, assim como as experiências já vividas pelo veículo são preocupações legítimas e presentes no livro. O vídeo-arte, a produção independente são áreas que o autor enfatiza como formas de ganhar novos espaços. São exemplos de possíveis explorações que levariam à construção, segundo Mendes, de uma "televisão mais lúcida e libertária".

Assim, o autor levanta interrogações e inquietudes sobre qual é o projeto de produção independente no país hoje e os problemas e limitações que se

encontram neste tipo de trabalho. Reitera a necessidade de uma legislação e a construção de espaços, tanto de atuação como de salas de projeção e festivais que ajudariam o desenvolvimento deste meio.

Como já foi mencionado anteriormente, o autor não nos apresenta uma análise mais avançada e atual desta tecnologia. No entanto, a história é vasta e poderia ajudar-nos a redefinir linhas de ação. O vídeo não só foi utilizado pelos chamados vídeo-artistas, como também a classificação de microtelevisão remonta a experiências anteriores que o autor não desenvolve. Conceitos como "televisão guerrilheira", "televisão comunitária" são exemplos concretos da utilização deste meio por setores, desde estudantes, sindicatos, grupos minoritários e grupos populares. Tanto a França, como a Suíça, a Alemanha, os EUA, a Índia, a Espanha, o Quebec e outros tantos países experimentaram as maravilhas técnicas e possibilidades políticas do meio. Mas não é necessário ir tão longe, pois, no Brasil, grupos comprometidos com trabalhos de intervenção social e animação cultural vêm desenvolvendo projetos concretos com esse meio, na busca da democratização da mensagem. Existe no Brasil há um ano a Associação Brasileira de Vídeo no Movimento Popular. A Associação reúne cerca de 100 grupos que vêm elaborando trabalhos efetivos há vários anos junto às classes subalternas, em favor de um projeto de construção de um espaço real na comunicação. Não são apenas o vídeo-arte e as salas de lazer de vídeo que representam o potencial real e o público do meio. Não se pode pensar na linguagem do vídeo de uma forma cristalizada, pois nele se encontram formas e conteúdos que variam desde os objetivos até as formas de produção utilizadas. Outra dimensão que o autor esquece de trabalhar é a noção de processo, que se articula e se concretiza em função das potencialidades técnicas do meio (registro e feedback imediato). Tudo isto pode ser analisado e trabalhado mais profundamente pelo autor. Já que é

um novo meio, que apresenta novas características, precisamos entendê-lo sob novos parâmetros e deixar para trás conceitos preestabelecidos por outros meios.

O livro nos leva a refletir sobre a necessidade de um questionamento e análise mais profundos sobre o que é vídeo.

José E. Balado Díaz

Instituto Metodista de Ensino Superior

O rádio e a televisão numa abordagem histórica

SAMPAIO, Mário Ferraz, *História do rádio e da televisão no Brasil e no mundo*, Rio de Janeiro, Achiamé, 1984, 344 pp.

A produção bibliográfica sobre rádio e televisão, no Brasil, resente-se da escassez de autores que se dedicam ao estudo específico desses veículos de comunicação. É nesta ótica que o trabalho de Mário Sampaio Ferraz vem constituir uma contribuição graças ao esforço da sua abordagem histórica.

O livro está dividido em 22 partes. Nesse conjunto, o Autor faz uma tentativa de seguir uma ordem diacrônica do desenvolvimento das técnicas dos meios de comunicação à distância e inicia seu estudo pelo que qualifica de "período da telegrafia e da telefonia" (pp. 13-49), onde apresenta alguns aspectos históricos de relativo interesse do leitor. A seguir, tece algumas informações sobre a "implantação da radiodifusão no mundo (pp. 58-92), para voltar à "radiodifusão no Brasil" (pp. 94-110). Dedicar um longo espaço à "evolução do rádio no Rio e em São Paulo nas décadas de 20 a 40" (pp. 112-146). Nesta parte, o Autor sublinha os tempos heróicos do desenvolvimento da programação, referindo-se a nomes de relevo como César Ladeira, Saint-Clair Lopes, Renato Murce, Vitor Costa, Rodolfo Mayer,

Heron Domingues, Ary Barroso e tantos outros.

Passa a focalizar a "legislação da radiodifusão no Brasil. Mutações e influências em 50 anos de radiodifusão" (pp. 147-151), em que mostra um quadro geral da legislação e evolução até nossos dias.

Em breve capítulo volta a abordar "programas de auditório ao tempo do rádio" (pp. 153-156). Uma das nuances mais importantes da radiodifusão brasileira talvez resida nos tempos dos programas de auditório. Ainda escrevendo sobre o rádio, o autor oferece espaço ao estudo das "Associações de Emissoras de Rádio criadas no Brasil" (pp. 159-171). Conclui sua "história do rádio" fazendo um estudo da "comunicação social e código de ética da radiodifusão" (pp. 172-180). Aqui, antes de entrar no terreno da televisão, o autor insere um subtítulo: "O telejornalismo no Congresso" (p. 178).

A "história da televisão" (pp. 183-191) começa na metade do livro. Depois de apresentar os antecedentes da televisão, trata da "evolução dos serviços de televisão no mundo" (pp. 199-198). É neste tópico que enfatiza o pioneirismo de Assis Chateaubriand e não deixa de mencionar os poderosos da atualidade como Roberto Marinho, João Jorge Saad, Sílvio Santos etc.

De maneira especial aborda a "consolidação da TV brasileira em diferentes etapas a partir de 1955" (pp. 221-243), em que faz um estudo comparativo entre os artistas de rádio e de televisão, com o aparecimento das novelas. Depois de focalizar a "Televisão a cores no Brasil e no mundo" (pp. 245-248), passa a mostrar alguns tópicos da "Televisão educativa no Brasil" (pp. 249-254).

No capítulo "Rede brasileira de televisão" (pp. 256-263), o autor tece considerações sobre o fenômeno das "redes" e qualifica de "tentativas de infiltração estrangeira na TV do Brasil" (p. 263), citando nominalmente o caso do Grupo *Time-Life*, denunciado em 1966, pelo então presidente da ABERT, João Calmon.

Para complementar essa parte, o autor apresenta uma "breve cronologia da televisão brasileira" — 1950-1983" (pp. 264-272), para prosseguir com um estudo da "radiodifusão estatal brasileira" (pp. 274-280).

Como antepenúltima parte do livro, coloca "subsídios complementares à história da radiodifusão" (pp. 281-310). Nesta parte o autor retoma tópicos de programações e implantações de emissoras, sobretudo em São Paulo, para chegar à conclusão de seu livro com algumas informações e vivências, como "os técnicos que conheci na primeira fase do rádio em São Paulo" (p. 316) e "minibiografias de algumas figuras do rádio" (319-339).

O livro de Mário Sampaio Ferraz tem um traço marcadamente autobiográfico, memorialístico. Sua iniciativa é meritória. Faltou uma estruturação do trabalho, ou seja, uma ordem diacrônica ou sincrônica dos fatos vividos e pesquisados pelo autor. À guisa de ilustração: quando trata da "cronologia da televisão brasileira", na página 265, escreve: "Em 1959, o fato marcante para a televisão brasileira foi a regulamentação da censura através da Lei Falcão" (sic). Ora, é sabido que a famigerada Lei Falcão é consequência do Golpe Militar de 1964 e decretada para impedir que candidatos se utilizassem desses meios para fazer suas campanhas eleitorais e denunciasses os desmandos do regime vigente. Além disso, foram dados destaques a fatos acidentais, quando outros substanciais ficaram reduzidos ou simplificados. É o caso da inauguração do "Museu do Índio" (p. 32) e outros tópicos de nossa História de somenos importância no contexto do livro. Se de um lado a pesquisa dos fenômenos da telecomunicação são relevantes, de outro as experiências do próprio autor representam um estímulo, sobretudo para os jovens estudantes que se dedicam ou pretendem dedicar-se à investigação histórica do desenvolvimento do rádio e da televisão no Brasil. Por tudo isso, a obra de Mário Sampaio Ferraz vai muito além

do simples manual para se tornar um testemunho de vida.

F. Assis Fernandes

Universidade de São Paulo

A história do show de notícias

REDE GLOBO DE TELEVISÃO,
JN — 15 anos de história, Rio de Janeiro, Rio Gráfica, 1984, 351 pp.

Em seus doze capítulos, a obra conta as principais passagens do "Jornal Nacional" em seus quinze anos de existência. Reproduz, para tanto, desde trechos de "scripts" até depoimentos dos profissionais que participaram das edições mais significativas do programa.

Seu conteúdo, no entanto, vai além da reconstituição histórica. Descreve o complexo e harmonioso trabalho de toda a equipe responsável pela produção do "Jornal Nacional", destacando a importância de cada setor e de cada profissional. Mostra, também, a adequação obtida entre os avanços da tecnologia eletrônica e o aprimoramento das potencialidades jornalísticas da televisão.

O trabalho editorial, extremamente bem cuidado, ajusta-se impecavelmente à redação de Cláudio Mello e Souza e às ilustrações criteriosamente selecionadas. A estrutura e o estilo assemelham-se ao de uma grande reportagem, em que a leitura agradável e envolvente leva o leitor a uma viagem pela história da TV Globo, testemunhando os episódios narrados.

A obra adquire uma atração suplementar à medida que fornece informações valiosas a respeito da técnica telejornalística. Desde as "Normas gerais de redação" (capítulo 9) até as orientações de Cristina Franco, quanto aos trajés dos apresentadores de notícias, o que se revela, na realidade, é

todo o requintado e eficiente modelo de telejornalismo da Globo.

Embora não se possam negar todas essas virtudes, a obra apresenta o "Jornal Nacional" em uma perspectiva unilateral. Do início ao final, constrói-se uma apologia do telejornalismo, particularmente do JN. Logo na introdução, o diretor-geral da Rede Globo, Roberto Marinho, afirma que "Contar a história do 'Jornal Nacional' é contar a própria história que vivemos todos". Toda a paixão pelo vínculo reflete-se, também, em um comentário, na página 46: "Não foi a televisão que entrou na casa das pessoas, mas a realidade".

Em nenhum momento, menciona-se a estreita vinculação da TV Globo e, consequentemente, do "Jornal Nacional" com o regime militar e tecnocrata que imperou no Brasil desde o lançamento do telejornal. Critica-se, na obra, a ação da censura, que transformou o programa, durante muitos anos, apenas em um produto bem elaborado no seu aspecto formal, mas mutilado sobretudo no noticiário nacional.

Alega-se, em várias partes do texto, que o "Jornal Nacional" limita-se, pela sua natureza, a uma cobertura superficial, no estilo "hard news".

Não se justifica, porém, a censura interna, explícita no início das manifestações das Diretas-Já, em 1984, quando a TV Globo relutou em noticiar o fato. A obra, do mesmo modo, não justifica o tom sensacionalista ou insipidamente ameno de muitas notícias transmitidas pelo JN, recursos imprescindíveis a um espetáculo digestivo e aparentemente neutro, destinado às famílias brasileiras, justamente no horário do jantar. Afinal, em função da predominante linha diversional que guia a programação da TV Globo, devem-se sacrificar alguns compromissos jornalísticos para não deformar o caráter de "show business" que o programa precisa manter. Essa característica, aliás, é reconhecida pelo próprio editor do "Jornal Nacional", Fábio Perez, ao esclarecer que se produz

não um jornal, mas "um programa de notícias".

Não aparece, portanto, claramente, em toda a obra, a ideologia, plenamente identificada com os objetivos do poder nacional e internacional, que conduz a filosofia do programa. Os 30 milhões de telespectadores, espalhados pelos 3.609 municípios brasileiros atingidos pela Globo, absorvem, assim, milhões deles sem o menor senso crítico, essas bem embaladas doses de ideologia, trabalhada de forma ainda mais competente nesses tempos de abertura política.

Todavia, como a edição reveste-se de uma intenção publicitária, não se poderia esperar outra postura que não a de exaltação do "Jornal Nacional". Mesmo assim, apesar da ausência desse espírito autocrítico, "15 Anos de História" é de inestimável valia para os profissionais, estudantes e professores de telejornalismo, dentro da escassa bibliografia sobre o assunto em língua portuguesa.

Guilherme Rezende

Universidade Federal do Maranhão

Rádio, a análise que faltava

ORTRIWANO, Gisela Swetlana,
A informação no rádio: Os grupos de poder e a determinação dos conteúdos, São Paulo, Summus Editorial, 1985, 117 pp.

Na escassa bibliografia brasileira sobre rádio, uma das maiores carências encontra-se na análise dos critérios de seleção dos conteúdos irradiados pelas emissoras. Ou melhor, encontrava-se, pois a partir da publicação do livro de Gisela Swetlana Ortriwano, *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos* (Summus Editorial, São Paulo, 1985, 117 pp.), já se pode contar com uma referência correta sobre o tema.

Através de uma abordagem abrangente, a autora conduz o leitor a si-

tuar-se em relação ao veículo de comunicação-rádio, desde o seu início no Brasil até a situação atual e os fatores que interferem no processo de seleção das informações. De maneira fluente, Gisela analisa a legislação, a publicidade, o tratamento da linguagem específica do meio, assim como a necessidade de aprimoramento dos profissionais e da constituição de departamentos eficientes de radiojornalismo nas emissoras.

O livro enfoca também a questão da política de radiodifusão, e demonstra muita lucidez quando afirma que "qualquer que seja o regime político em vigor, a informação jamais se constitui em atividade totalmente livre. Mas a ação política exercida sobre os meios de comunicação de massa é mais difícil de ser detectada do que aquela que é especificamente legal ou econômica, pois esta, na realidade, já é determinada ou condicionada pela visão política do assunto".

No capítulo-chave (IX), a autora trata, de maneira coerente e precisa, da questão dos critérios de seleção das notícias que o público vai receber. O conceito de notícia (e suas divergências), a mensagem informativa, a difusão da informação, com suas categorias, e os níveis de informação, são objeto de atenta análise. Também a estratégia de programação e informação — e sua transmissão, considerando os três níveis básicos: equipamentos, profissionais e acesso às fontes de informação, fazem parte do estudo que leva à abordagem central do livro: a seleção das notícias.

Gisela salienta ser este um momento crítico, pois neste processo entram inúmeras variáveis — desde os critérios da própria empresa até a subjetividade do profissional. Segundo ela, "a notícia sofre uma série de triagens, em que critérios de seleção reais estão voltados em primeiro lugar para os aspectos jurídicos, políticos e econômicos. Só depois da notícia ser por eles aprovada é que pode ser submetida aos chamados 'critérios jornalísticos' e às triagens motivadas por gostos pessoais

dos que momentaneamente detêm o poder de selecionar". E lembra ainda que a "angulação" com que a mensagem informativa é elaborada é também um processo de seleção.

Outra análise importante é sobre o sistema comercial, que dá preferência à audiência e não à qualidade dos programas, determinando, muitas vezes, um papel secundário ao jornalista. Isto porque o objetivo é atrair o público que consumirá o produto anunciado ou o serviço oferecido.

Em suas conclusões o livro salienta aspectos tanto da empresa quanto do profissional, em relação aos critérios de seleção de notícias, bem como a questão do universo disponível da oferta de informações, em sua quantidade e importância, e a influência da publicidade sobre o conteúdo da mensagem radiofônica, com a sua conseqüente mercantilização.

Evidentemente que, ao traçar um painel o mais amplo possível dos fatores que influem no critério de seleção das informações, a autora não aprofunda exaustivamente todos eles. A questão das agências transnacionais de notícias, por exemplo, por si só poderia ser tema para outro estudo. Mas, o grande mérito do livro é, justamente, situar o leitor no contexto em que se move a informação divulgada pelos veículos de comunicação massiva. Toda a "viagem" que realiza a notícia e o cerceamento que sofre até chegar ao ouvinte. Com suas causas e conseqüências.

Num mercado bibliográfico rarefeito, como o do rádio brasileiro, pode-se dizer que o livro de Gisela Ortriwano se constitui numa contribuição de grande valor, indispensável aos estudantes, professores, pesquisadores e profissionais da comunicação social. Um livro inteligente, objetivo, didático. A análise que faltava.

Doris Fagundes Haussen

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Pica-pau: herói ou vilão?

PACHECO, Elza Dias, *O pica-pau: herói ou vilão? — Representação social da criança e reprodução da ideologia dominante*, São Paulo, Loyola, 1985, 256 pp.

A autora tem como objetivo principal nessa pesquisa estudar as representações sociais à ideologia baseada no desenho animado sobre o Pica-pau, usando como amostra do trabalho crianças de 7 a 8 anos de 1.^a série de escolarização.

O livro contém o seguinte sumário que corresponde ao desenvolvimento da pesquisa:

O 1.^o capítulo se refere a *meios de comunicação de massa: conhecer para entender*.

Nesse capítulo, a autora fala da relação de conteúdo veiculado pelos meios de comunicação de massa com comportamento, atitudes, experiências e valores das crianças e adolescentes expostos a tais meios.

Na América Latina essa modalidade de comunicação em vez de satisfazer as necessidades culturais das sociedades, levando à mudança social, tornou-se um instrumento de poder político e fortalecimento da ideologia dos setores dominantes. A sua pesquisa irá provar esses elementos e essa situação.

O 2.^o capítulo trata dos *meios de comunicação de massa: domesticação ou libertação?*

Nesse capítulo, a autora faz a definição de conceitos de ideologia, representação social e conteúdo dos meios de comunicação de massa, para ter condições de colocar seus resultados relacionados com esses conceitos e usa de forma bastante apropriada o conceito de ideologia de Marx e o conceito de representação social baseado em Durkheim, Goldman e Mabrieu. Discute o conteúdo dos meios de comunicação de massa fazendo um histórico desde a 1.^a Guerra Mundial, com os trabalhos de Lasswell, até a

década de 70 com trabalhos de Murray (1973) de programação diária de TV.

O 3.^o capítulo trata dos *meios de comunicação de massa: catarse ou alienação*.

A autora discute a análise dos efeitos da influência dos meios de comunicação de massa, principalmente em relação às crianças. Descreve uma série de pesquisas realizadas a respeito do assunto e critica e avalia essas pesquisas. Dessa forma ela nos dá uma orientação a respeito das pesquisas realizadas com uma interpretação clara e límpida. A autora conclui nesse capítulo que qualquer mensagem que distorça a realidade da criança faz com que ela viva num mundo imaginário, onde os conflitos são resolvidos de maneira fantasiosa por indivíduos isolados, cujas ações dependem apenas de suas virtudes ou defeitos.

O 4.^o capítulo se refere ao *universo da pesquisa*.

Nesse capítulo a autora descreve todo o histórico para a montagem da pesquisa, desde o levantamento das fontes básicas para o embasamento teórico, levantamento das escolas, para montagem da amostra até a montagem do programa para aplicação da pesquisa. O roteiro das entrevistas, o treinamento dos entrevistadores, tudo é explicado em detalhes para que qualquer pesquisador possa repetir o experimento.

A análise e interpretação das tabelas foi feita com muita propriedade levando os dados a relacionarem os problemas levantados na pesquisa com as sugestões propostas.

No 5.^o capítulo sobre o *universo da pesquisa: os programas de TV preferidos por nossas crianças*, a autora apresenta a preferência pelo programa Pica-pau, comparando com outros programas. Daí os motivos dessa preferência e justifica a preferência das crianças pelo desenho animado. Após a delimitação da preferência, a autora no 6.^o capítulo estuda em profundidade o desenho *A Turma do Pica-pau*. Há uma descrição do uso do

vídeo-tape para recolher as informações dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Há também a análise feita por especialistas na interpretação das respostas das crianças.

No 7.º capítulo: o *Pica-pau* e os sujeitos se reproduz o programa, gravando os sujeitos em vídeo-tape e entrevistando-os. A descrição da técnica usada para colher as informações está muito adequada e se percebe também que essa pesquisa foi muito trabalhosa.

No 8.º capítulo: *os discursos dos sujeitos sobre o Pica-pau*.

Nesse capítulo existem vários relatos espontâneos sobre o *Pica-pau*, com descrição de cenas vistas pelas crianças. A autora através dessas descrições conseguiu montar uma escala para medir o comportamento das crianças a respeito da história.

No 9.º capítulo, sobre a *representação social dos sujeitos*.

Nesse capítulo o objetivo foi investigar as representações sociais dos informantes em relação aos personagens da história.

Analisando o trabalho como um todo, verifica-se que os objetivos da pesquisa que se referiam a:

- estudar a TV para compreender a indústria cultural como manipuladora da mente infantil;
- estudar o fenômeno “Comunicação de massa”, inserido no complexo sistema denominado “Sociedade de consumo”;
- verificar quais os programas preferidos e as razões da preferência, que atendem a uma especificidade individual ou reproduzem o grupo dentro de um processo de relações sociais determinadas pelo nível sócio-econômico.

Foram todas analisadas e conseguiram mostrar a visão de mundo da criança.

O desenho preferido não está isento de ideologia, através de estereótipos que deformam a realidade.

O desenho reforça o mito do lar indepassável, mostra o automóvel como fonte de lazer e o *Pica-pau* discrepa

do tipo herói tradicional e as crianças gostam dele devido a sua atitude de violência.

Verifica-se pois que numa sociedade competitiva, ou de predomínio do individualismo e da esperteza, as crianças se identificam com um herói ou vilão, que tenha essas qualidades.

O texto é claro e interessante, levando-nos a querer conhecê-lo por inteiro.

É um trabalho que merece ser analisado, pois apresenta as contradições do mundo contemporâneo e a deformação da realidade usado pelos meios de comunicação de massa na formação das crianças. Realmente nos faz pensar nesse problema.

Sara Chucid da Viá

Universidade de São Paulo

Tevé infantil: Lazer ou alienação?

FUSARI, Maria Felisminda de Rezende e — *O Educador e o Desenho Animado que a criança vê na Televisão*. São Paulo, Loyola, 1985, 164 pp.

O educador e o desenho animado que a criança vê na televisão é um trabalho da área de psicologia educacional. Sua preocupação maior é a de captar a prática do telespectador-educador, que convive com crianças pequenas, na escola e no cotidiano doméstico, e do telespectador pré-escolar.

Consideramos ser tal preocupação de extrema importância, desde o momento em que o crescente desenvolvimento tecnológico, e conseqüente modernização, criou novas aspirações e necessidades, levando as famílias a substituírem a casa do bairro afastado pelos apartamentos, localizados em lugares centrais, obrigando as crianças a ficarem trancadas nas suas moradias, em companhia de uma “babá eletrônica” — a tevê — que funciona 24 horas por dia, condicionando a rotina

diária da criança e de seus familiares, através do "show" que não pára, onde se sucedem cenas de violência e aventuras de heróis e super-heróis invencíveis e invulneráveis, que conseguem, através de forças sobrenaturais, vencer gigantes, monstros e impedir as mais terríveis catástrofes, que ameaçam a humanidade.

Neste contexto, a programação de tevê se configura como assunto obrigatório para todos aqueles que de alguma forma estão envolvidos com a educação e o desenvolvimento infanto-juvenil.

E a autora não é apenas professora e especialista em psicologia; ela é antes de tudo a educadora que está preocupada, não apenas com as crianças, mas com os adultos que com elas convivem. A partir desta preocupação ela estabelece dois objetivos, que nortearam o seu trabalho de investigação científica.

O primeiro objetivo era descrever os traços preferenciais de telespectadores pré-escolares, cuja faixa etária variava de 5 anos e 7 meses a 6 anos e 8 meses, de uma Escola Municipal de Educação Infantil, em relação à programação oferecida pela televisão, na Capital de São Paulo, num período de dois meses.

Através de entrevistas individuais, com 87 crianças de ambos os sexos, a autora concluiu, em 1982, que dos programas assistidos pelos seus sujeitos, o gênero desenho animado tem primazia, sendo o Pica-pau, de Walter Lantz, o preferido, em função do seu humor, de ser passarinho, de ser bonito, de ser bagunceiro, de bicar tudo e de ser sempre o vencedor.

É interessante que os dados da autora confirmam os de Beraldi (1978), em *Televisão e desenho animado* e os meus (1981) em "O Pica-pau: herói ou vilão..."

A autora verifica ainda que, além da tevê, as meninas gostam de brincar de boneca e de casinha, enquanto os meninos indicam como outras atividades lúdicas o brincar com carrinhos, com bola e os jogos de esconde-esconde.

O segundo objetivo da pesquisa era analisar, através da opinião de telespectadores adultos, as características de desenhos animados da Série Pica-pau, emitidos no período de junho a julho de 1980.

Os sujeitos desta fase foram 6 telespectadores adultos-educadores, cuja idade variava entre 32 e 56 anos, divididos em dois grupos, cujo critério era: os componentes de um dos grupos possuíam experiência profissional em comunicação visual e os outros não.

Estes telespectadores adultos foram submetidos a escalas do tipo Diferencial Semântica, de 7 pontos, com itens bipolares, sendo uma escala para cada um dos 13 desenhos a serem analisados: "O Trio Amoroso", "Campeão do Estilingue", "A Política do Cober-tor Molhado", "O Barbeiro de Sevilha" etc.

O perfil do personagem Pica-pau traçado pelos adultos através deste instrumento revelou o mesmo como: masculino, voluntarioso, ousado, inteligente, controlado, bonito, adulto e trabalhador, em mais de 50% dos desenhos. No relacionamento com os personagens secundários o Pica-pau foi caracterizado como ativo, superficial, agressivo, dominador, bem-sucedido, hostil e independente, em mais de 50% dos desenhos. Já a análise dos personagens secundários, revelou-os como: ativos, superficiais, mal-sucedidos, agressivos, egoístas, provocadores e hostis, em mais de 50% dos desenhos.

Quanto ao ambiente, em que se desenrolava a ação dos 13 desenhos, foi considerado como adulto e sem família, cujas principais temáticas eram: a conquista de parceiros amorosos, a conquista de prêmios em dinheiro, os desempenhos profissionais na indústria e no comércio, a manutenção da moradia e de aspectos da vida pessoal, quando ameaçados. Esta é mais uma obra que surge em prol da pesquisa interdisciplinar, e que alerta para a necessidade de uma reorientação da programação infantil que implica uma política cultural interessada na educação do nosso povo através de orga-

nismos com poderes de decisão constituídos por especialistas em comunicação, psicologia, artes, pedagogia e representantes de Associação de Pais e Mestres.

Elza Dias Pacheco

Universidade de São Paulo

Jornadas mais que pertinentes

FERREIRA, Jerusa Pires e MILANESI, Luis, orgs., *Jornadas impertinentes: o obsceno*. São Paulo, Hucitec/Intercom, 1985, 22 pp.

Em agosto de 1983, Jerusa Pires Ferreira e Luís Milanesi, professores da Escola de Comunicações e Artes da USP, organizaram uma semana de estudos sobre um tema que, não apenas na Universidade, mas sobretudo nela, é tido como tabu: o obsceno. "Jornadas impertinentes" foi o nome escolhido para o Encontro, "sob a sugestão de Boccacio (pois) em Florença, durante a Peste, as pessoas reunidas em Jornadas, contavam casos, reunidos no Decameron, que davam a medida da vida em seu fervilhar".

Os relatos das "Jornadas" da USP foram agora reunidos em livro, publicado pela Hucitec/Intercom, na Coleção Linguagem, sob o título de *Jornadas impertinentes: o obsceno*. Ferreira e Milanesi, os organizadores do volume, informam que nem todos os trabalhos apresentados no Seminário puderam figurar na publicação. Todavia, a mostra é significativa e pode dar idéia ao leitor do que foi o dito Encontro.

Como não poderia deixar de acontecer em obra de tal natureza, a diversidade é a marca principal do livro. Dentre os 19 textos apresentados ao leitor, temos desde trabalhos que tentam cercar o conceito — os de Ruy Coelho, Onésimo de Oliveira

Cardoso, Teixeira Coelho Neto — até trabalhos que procuram operacionalizá-lo, aplicando-o ao estudo de manifestações várias, como os rituais africanos (Kabengele Munanga, Liana Salvia Trindade), os processos inquisitoriais que vitimaram Bento Teixeira, no século XVI (Luiz Roberto Alves), o amor cortês e suas conexões com a cultura popular no Brasil (Nicolau Sevcenko), as cantigas de escárnio e maldizer (Yara Frateschi Vieira), a telenovela (Agnaldo Aricê Caldas Farias), as revistas masculinas (Ana Luíza Guimaro), a paraliteratura (Waldenir Caldas), as festas pastoris (José Maria Tenório), o bumba-meu-boi (Roberto Emerson Câmara Benjamim), entre outros.

A maioria dos trabalhos, todavia, parece concordar de forma explícita ou não com a definição de obsceno pinçada por Onésimo de Oliveira Cardoso à etimologia: o obsceno é aquilo que está "fora de cena", o que "não pode ser representado no palco". Por isso, fixam seus limites na colocação em cena do interdito, tentando explicações psicossociológicas do fenômeno.

Nem todos, contudo, rendem-se à dificuldade de apreender a extensão do conceito. Teixeira Coelho Neto, por exemplo, abre uma via instigante, ao associar à noção do "fora de cena" a de "um certo modo de representar", modo este que Yara Frateschi Vieira tenta captar em duas cantigas de escárnio e maldizer, realizando um dos pontos altos do livro. Sendo assim, não se trata apenas do que está "fora de cena", mas, sobretudo, do modo como a cena é preenchida.

Acredito, também, que tal raciocínio é válido para a recepção das manifestações obscenas. Por não considerarem esse dado da questão, bem como por não distinguirem entre universo da produção e universo da recepção, alguns trabalhos ficam prejudicados em suas conclusões, afirmando precipitadamente que os diversos produtos pornográficos que pululam entre nós têm uma função domesticadora. É, por exemplo, o que dizem Sevcenko, a respeito do cordel obsceno — "O

poeta e a narrativa acabam assumindo, assim, um papel (...) de um estabilizador de emergência" —, Agnaldo Farias, a respeito da telenovela — "é através da utilização desse argumento subjetivo que se logra aliciar o imaginário do telespectador e conformá-lo às múltiplas mensagens de consumismo e moralidade" —, Waldenir Caldas, a respeito da "paraliteratura" de Adelaide Carraro — "Essas obras, entre outras coisas, tornam-se eficientes instrumentos de deseducação sexual. Principalmente porque o alcance da paraliteratura é altamente expressivo em termos de público".

Ora, parece-me que tais conclusões devem-se ao fato de seus autores prenderem-se ao nível meramente manifesto (conteúdo) das mensagens, sem atentarem para os procedimentos retóricos aí envolvidos. A relação com o público, no que ela tem de mais importante, não se dá a nível de procedimentos lógicos, racionais, mas antes, através de processos retóricos que remetem para zonas que conduzem a uma recepção fragmentada, não coesa, permitindo transgressões que leituras calcadas na racionalidade da narrativa não conseguem perceber. Em uma palavra, não parece que a leitura dos

produtos pornográficos obedeça à lógica cartesiana que analistas cultos de tais produtos identificam neles. A leitura em tais casos é sobretudo projetiva, a assimilação passando por zonas de interesses do leitor, o qual opera seleções segundo seus fantasmas pessoais. E isto é sobretudo possível porque o convencionalismo manifesto que apregoa a superioridade da moral e dos bons costumes acha-se em contradição com o sistema retórico que hiperboliza gemidos, prolonga gozos, detém-se longamente em descrições minuciosas ou em closes de penetrações etc.

Como se pode perceber, o material contido na presente publicação oferece muitos pontos para a reflexão. O mínimo que se poderia dizer — e utilizando-se terminologia compatível com os temas — é que se trata, antes de mais nada, de leitura altamente estimulante. Profissionais das mais diferentes áreas das ciências sociais vão encontrar aí matéria de interesse, tratadas de forma pertinente, ainda que o assunto possa ser tido como impertinente.

Edmir Perotti

Universidade de São Paulo

PESQUISA EM COMUNICAÇÃO QUEM É QUEM, NO BRASIL

A INTERCOM atualiza bienalmente o repertório dos pesquisadores brasileiros de comunicação para estimular o intercâmbio entre eles e facilitar o seu contato com os órgãos de fomento à pesquisa científica e cultural. A edição 1985/1986, preparada por Cláudia V. Resende, deverá circular proximamente, registrando **quem** faz pesquisa, **onde** e sobre **que** objetos de comunicação.

Pedidos: INTERCOM — Caixa Postal 20793 — São Paulo 01498 — Brasil — Fone: (01) 571-5076.

BIBLIOGRAFIAS INTERCOM

O Centro de Documentação da Comunicação nos Países de Língua Portuguesa, PORT-COM — órgão complementar da INTERCOM —, vem resgatando a memória da produção científica e profissional sobre comunicação no Brasil, em Portugal e África Portuguesa. Periodicamente, o PORT-COM edita bibliografias que permitem o acesso dos pesquisadores aos documentos referentes a um período ou a um assunto.

Bibliografias Anuais

- Bibliografia Brasileira de Comunicação n. 1 (1977)
- Bibliografia Brasileira de Comunicação n. 2 (1978/1979)
- Bibliografia Brasileira de Comunicação n. 3 (1980)
- Bibliografia Brasileira de Comunicação n. 4 (1981)
- Bibliografia Brasileira de Comunicação n. 5 (1982)
- Bibliografia Brasileira de Comunicação n. 6 (1983)
- Bibliografia Brasileira de Comunicação n. 7 (1984/1985) no prelo

Bibliografias Temáticas

- Bibliografia Brasileira de Comunicação Popular — Encarte da Bibliografia Brasileira de Comunicação n. 6 (1984)
- Bibliografia Brasileira de Comunicação e Educação (1985)

Obras de Referências

- Quem é Quem na Pesquisa em Comunicação — Brasil, 1982/1983
- Inventário da Pesquisa em Comunicação no Brasil — 1883/1983
- Quem é Quem na Pesquisa em Comunicação — Brasil, 1985/1986 — no prelo

Pedidos para INTERCOM: Caixa Postal 20793 — São Paulo 01498
— Brasil — Fone: (011) 571-5076